



A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA ESTEIRA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS

Wanubya Maria Menezes da Silva ¹

Andréia Reis Fontes ²

Josefa de Lisboa Santo ³

RESUMO

A partir da teoria do valor de Marx, pretendemos neste trabalho ascender um debate acerca do processo de apropriação privada da natureza. A hipótese que levantamos dentro deste contexto é de que a transposição das águas do rio São Francisco no semiárido alagoano emerge das multideterminações da reestruturação produtiva do capital-imperialista dos anos 1970. Nesse sentido, a financeirização capitalista deu capilaridade a inserção da América Latina à dinâmica mundializada de capitais, conformando a produção e reprodução continuada do espaço em escala ampliada. Partindo deste argumento, compreendemos que o rio São Francisco passou a compor o campo de mobilidade do capital internacional, o que orquestrou a apropriação privada do solo e da água com o aparato do Estado, subvertendo a natureza do Sertão seco de bem comum em valor de troca. Neste aspecto, com base no levantamento de dados e trabalho de campo, foi possível inferir que desde as diretrizes da ECO 92 e da inserção das políticas de desenvolvimento rural sustentável, tem se intensificado o processo de monopolização do território sertanejo pelo capital, recriando o campesinato e os modos de uso da terra.

Palavras-chave: Apropriação, Transposição, Capital-imperialista, Financeirização, Desenvolvimento Rural.

RESUMEN

A partir de la teoría del valor de Marx, este trabajo busca promover un debate acerca del proceso de apropiación privada de la naturaleza. La hipótesis que planteamos en este contexto es que la transposición de las aguas del río São Francisco en el semiárido alagoano surge de las múltiples determinaciones de la reestructuración productiva del capital imperialista de los años 1970. En este sentido, la financiarización capitalista otorgó capilaridad a la inserción de América Latina en la dinámica mundializada del capital, conformando la producción y reproducción continua del espacio en una escala ampliada. Desde este argumento, comprendemos que el río São Francisco pasó a integrar el campo de movilidad del capital internacional, lo que orquestó la apropiación privada del suelo y del agua con el aparato del Estado, subvirtiendo la naturaleza del Sertão seco de bien común en valor de cambio. En este aspecto, a partir del levantamiento de datos y del trabajo de campo, fue posible inferir que, desde las directrices de la ECO-92 y de la incorporación de las políticas de desarrollo rural sostenible, se ha intensificado el proceso de monopolización del territorio sertanejo por el capital, recreando el campesinado y los modos de uso de la tierra.

Palabras clave: Apropriación, Transposición, Capital-imperialista, Financiarización, Desarrollo Rural.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UF, wanubya.silva@gmail.com;

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - UF, andreia.fontes@hotmail.com

³ Professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe – UF, josefalisufs@gmail.com.



INTRODUÇÃO

No semiárido brasileiro, de clima quente e com prolongados períodos de carência hídrica, a água como bem comum e necessário a reprodução da vida cotidiana sempre foi uma questão social e política, assumindo papel central nas querelas ideológicas dos grupos que disputam a hegemonia da ação política no território do Sertão seco.

Com um vazio de precipitações que dura de seis a sete meses, e com uma precipitação média anual de 268 a 800 mm (número 2,5 vezes menor que o nível de precipitação da Zona da Mata nordestina), as condições climáticas acabaram por justificar a territorialização de uma dinâmica indústria da seca, autorizando a introdução de uma miscelânea de políticas públicas centradas em projetos hidráulicos. Sob o fetiche do desenvolvimento, a seca serviu como instrumento ideológico capturado pelo discurso político (CASTRO, 1997).

No semiárido alagoano, um espaço marcado por longos períodos de estiagem, com uma estrutura urbana precária de baixos investimentos nos setores da indústria e serviços, a economia de subsistência predominou. Com uma extensão territorial abrangendo quase metade do estado (48%) assinalada pelo predomínio de solos rasos de baixa fertilidade, a produção agrícola ficou por muito tempo limitada aos azares climáticos, e a fome constituiu um problema determinado pela natureza.

Sobremaneira, a determinação climática, abstraída no discurso dominante interferiu na produção do espaço e na gestão dos recursos dispostos no semiárido sobretudo no processo de reestruturação produtiva permeado pela modernização capitalista. Tal processo implicou uma constante ruptura metabólica de homens e mulheres com a terra, introduzidos a novas relações de produção. Funcional ao sistema do capital, o Estado se volta a atender os interesses capitalistas, estruturando o território e pautando a modernização da produção no campo. Nesse sentido, assim como “o rio São Francisco foi o caminho hídrico das conquistas sertanejas” (LINDOSO, 2011, p. 21), ele também vem a ser o objeto centralizador das “conquistas” expansionistas do capital.

É salutar por em evidencia que, na América Latina, o consenso de Washington pactuou um avanço predatório sobre o trabalhador, mas também sobre a natureza. No final da década de 1980, as medidas do capital-imperialismo conformadas sob as diretrizes neoliberais, constrangeram os Estados recém democráticos da região a adoção de um pacote de ‘ajustes fiscais’, arregimentada na intensificação da exportação de capitais e na flexibilização das fronteiras nacionais, aprofundando a partilha dos territórios pelos grupos hegemônicos e a



disputa pela hegemonia na acumulação do capital. Gerido pela aliança internacional da burguesia, o pacto neoliberal possibilitou a reprodução ampliada e uma reprodução continuada do espaço, manifesta na apropriação privada da natureza, revertida de riqueza biológica e social, meio e condição da própria existência humana, em mercadoria.

Dentro do contexto apresentado, emerge no Brasil o ideário das políticas públicas para o Desenvolvimento Rural, como forma de tornar mínima a migração para as metrópoles e garantir a produção alimentar através de políticas rurais voltadas para o fomento da agricultura familiar, atendendo às necessidades da população brasileira. Contraditoriamente, no entanto, o governo da década 1990 guia as suas políticas a partir das diretrizes determinantes do Consenso. Na lógica instrumentalista dada pelo mercado financeiro as riquezas ecológicas: a terra, o minério e a água, são elevados a artigos importantes na disputa imperialista de acumulação.

É dentro desse processo que Canal do Sertão em Alagoas é projetado, sendo um instrumento da reestruturação produtiva emergente na década de 1990 no Brasil, apresentando-se como forma-conteúdo subordinado aos interesses do capital financeiro, com capacidade de reprodução ampliada no semiárido alagoano. Nesse sentido, grupos financeiros, ao se apropriarem das águas do São Francisco na perspectiva de agenciar uma reprodução ampliada usurpam e/ou monopolizam o uso da água. Por tais motivos, este trabalho objetiva entender o processo de espacialização do Canal do Sertão dentro do contexto da financeirização do capital, buscando ainda compreender quais instrumentos são utilizados para gerir as águas do São Francisco e como o mesmo se insere na lógica do capital portador de juros.

METODOLOGIA

Neste trabalho, refletimos, à luz da dialética materialista, os impactos estruturais que a espacialização do Canal provoca, observando as relações concretas que dão propriedade ao objeto investigado, e do qual emergem as categorias ontológicas que dão substância a dinâmica das multiderminações que o realizam. Nessa lógica, longe de uma análise fragmentada, pensamos o objeto da pesquisa como uma totalidade, em que a práxis social é totalizada na convergência das relações sociais que se dão no cotidiano em todas as partes, apontando suas virtualidades (CARLOS, 2015). Assim, este trabalho está fundamentado na teoria do Valor de Marx dos livros I e III, como também nos estudos sobre o imperialismo de Lênin e Hilferding, do espaço como produto social de Ana Fani Carlos, do território por Máximo Quaini e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e da financeirização da natureza apresentada por Kohei Saito, Bellamy Foster e Alexandrina Luz Conceição e, por fim, no debate do capital-imperialismo



realizado por Virgínia Fontes. Em termos práticos, esta pesquisa se sustenta na análise de dados fornecidas pelos órgãos do estado sobre os usos das águas do Canal do Sertão e as projeções que são realizadas para o mesmo a partir de projetos de capitalização do território via Canal, como também a partir de trabalho de campo nas áreas que margeiam o objeto investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a partilha dos territórios por um associado de países capitalistas hegemônicos no início do século XX (LENIN, 2011) há uma constante ampliação da territorialização do capital, o que levou a mundialização da extração do mais-valor, principalmente a partir de 1970, quando insurge a produção de um capitalismo flexível e horizontalizado, sublevado da crise do do modelo de gestão keynesiano-fordista e do insurgente modo de produção baseado nos meios técnicos-científicos-informacionais.

Essa etapa do capital, passou a caracterizar-se a partir da década de 1980, segundo Chesnais (1996), pelo investimento externo direto (IED), suplantando a troca de mercadorias inter-nações como vetor principal do processo de internacionalização. Os papéis dos IEDs tornam-se determinantes nos setores de serviço, tão quanto no processo produtivo. O fator crucial evidenciado por Chesnais nessa etapa deu clarividência ao fato de que “[...] hoje o determinante essencial da globalização é a transformação em profundidade do modo predominante de organização do trabalho” (CHESNAIS, 1996, p. 27). O resultado dessas novas organizações combinadas com a desregulamentação e as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias, duplicam a capacidade da mobilidade do capital. “Agora o capital está à vontade para pôr em concorrência o preço da força de trabalho, atuando pela via do investimento ou pela terceirização” (CHESNAIS, 1996, p. 28). Esse processo foi, segundo Oliveira (2016):

[...] determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial. Os Planos Marshall e Colombo, as fusões entre empresas industriais americanas e europeias, os acordos de São Francisco e de Bretton Woods, a criação do FMI, BIRD e Banco Mundial foram ações para estabelecer a regulação mundial para o movimento mundial de capitais derivados, sobretudo, dos fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e, de resto em todo o mundo (OLIVEIRA, 2016, p. 96).

A reestruturação que germinou a mundialização do capitalismo da década de 1980, no entanto, não significou o fim da história nem da geografia dentro dos limites territoriais onde o



capitalismo se estabeleceu como sistema dominante. Para continuar mantendo as taxas médias de lucro foi fundamental que a fronteira do capitalismo continuasse avançando dentro e fora das suas delimitações. Nesse gendarme, concordamos com FONTES (2010), ao conjecturar a partir de Marx que;

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...] (FONTES, 2010, p. 44).

Nesse sentido, a articulação entre tecnologia, capital mundializado e Estado formou o tripé que alicerçou o controle da força de trabalho, dos mercados e dos recursos naturais. Todo este cenário constituído da reestruturação produtiva de 1980 amalgamou “o mercado mundial de mão de obra, a posse e monopólios das fontes de matérias-primas e, a divisão dos mercados” (OLIVEIRA, 2016, p. 97).

No processo de ampliação escalar, imperativo da monopolização oligopolista do capital, os recursos naturais, como objetos do trabalho, são consumidos de uma forma cada vez mais célere. Como nos ensina Marx:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho (MARX, 2017, p. 256).

Como já ficou evidente, a terra e todos os recursos da qual dispõe, são a fonte exclusiva dos meios de produção do trabalho e, inseridas no processo produtivo acabam por serem consumidas como matérias-primas na elaboração das mercadorias e a compor uma crescente integração dos fluxos do mercado financeiro mundializado. Enquanto objeto do trabalho “a matéria-prima pode constituir a substância principal de um produto ou tomar parte nele apenas como matéria auxiliar” (MARX, 2017, p. 259).

Esta pode ser consumida pelos meios de trabalho, como o carvão pela máquina a vapor, o óleo pela engrenagem, o feno pelo cavalo, ou ser adicionado à fim de nela produzir alguma modificação material, como o cloro é adicionado ao linho ainda não alvejado, o carvão ao ferro, a tintura à lã, ou pode, ainda, auxiliar na realização do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias utilizadas na iluminação e no aquecimento da oficina de trabalho (MARX, 2017, p. 259).



O entendimento que Marx propõe é de que um mesmo produto pode convir a ser um meio de produzir e uma matéria-prima da elaboração da mercadoria, enquanto objeto do trabalho, esta é matéria auxiliar consumida no processo produtivos. A água, por exemplo, tem se tornando a matéria auxiliar estratégica da produção agrícola e, ao mesmo tempo é vendida engarrafada como mercadoria. A injeção territorial da robótica associada a biotecnologia promovida nos territórios monopolizados pelo capital certifica a celeridade do processo produtivo e do consumo desse de muitos outros recursos naturais considerados úteis à valoração. A monopolização do espaço pelo capital, portanto, se manifesta, na realização de um modo de produção associado as demandas do capital flexível, com elasticidade capaz de barganhar recursos valiosos à cada fase histórica do capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O esforço de abstração que fazemos aqui, portanto, objetivou uma reflexão acerca da financeirização e gestão privada dos recursos hídricos a partir da apropriação privada das águas do rio São Francisco via Canal do Sertão, compreendendo que a espacialização do Canal acontece como um momento do avanço do capital-imperialista sobre a natureza, colocando o Sertão alagoano na direção da acumulação mundializada por meio da exportação direta de capital invertida em produção agrícola. Entender o processo de espacialização do Canal do Sertão exige voltar-se para este contexto.

A relação dialética que se impõe da reestruturação produtiva do capital da década de 1970, atravessa os desdobramentos das políticas de desenvolvimento nos países periféricos seguidas das políticas de ajuste fiscal e (re)produção do espaço, irrompidas da regulação especulativa do capital financeiro.

Conjeturado nos compromissos da ECO 92, acordados na Agenda 21 (documento assinado pela SUDENE), o Canal do Sertão aparece nos relatórios da CODEVASF como uma proposta de desenvolvimento sustentável do rio São Francisco e do semiárido nordestino, confirmando as recomendações da Agenda para o uso das águas com fins na produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentável. Orquestrado a partir dos compromissos da ECO 92, o projeto de desenvolvimento rural para o semiárido promove o Canal do Sertão como instrumento de responsabilidade social e ambiental.

O objetivo do Canal, segundo documentos oficiais, seria a garantia do abastecimento de água proveniente da bacia do São Francisco para os municípios onde os períodos de estiagem



fossem prolongados, abrangendo a região do Sertão e o Agreste do estado de Alagoas. Neste certame, o projeto original prevê, além do abastecimento para consumo humano, a viabilização de água para irrigação de projetos de agricultura e pecuária (SEMARH, 2007-2014).

O Canal do Sertão nasce do discurso de desenvolvimento rural sustentável, porém, contraditoriamente, é neste momento que o Estado formaliza o monopólio do mercado financeiro via Estado brasileiro, determinando que o único modelo viável para o campo era o da produção de commodities para exportação, negociadas nas bolsas de valores do mundo todo, atendendo aos interesses do capital portador de juros. Este fator é passível de observação no PNRA I, no qual acentua-se a reforma agrária de mercado, onde estão presentes programas de compra e venda da terra, financiados pelo Banco Mundial. Além disso, no plano concreto, o que se sobressaía era o Banco Mundial e o FMI, a partir da exportação de capital, cooperando na produção de uma fantástica dívida externa, transformada em chantagem política, com a qual órgãos financeiros supranacionais constrangiam países subdesenvolvidos às políticas de ajuste estrutural que, no fundo, agravavam a pilhagem dos recursos naturais.

A estrutura soerguida na década de 1990 se estendeu durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o lançamento do PNRA II, em 2002, intensificando as políticas públicas de desenvolvimento rural do governo anterior, voltadas para o campo Brasileiro. Nesse sentido, é inserido, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o projeto do Canal adutor do Sertão, projetado em 1992, ficando paralisado por dez anos por falta de estudos de viabilidade socioambientais, retomando a construção em 2007.

Nascendo dentro de uma estrutura agrária já concentrada, como demonstra o quadro seguir, as águas disponibilizadas via Canal do Sertão acabam por ficarem centralizadas dentro das duas maiores propriedades dos 65 km iniciais do Canal, no Alto Sertão alagoano. São nestas onde podemos encontrar uma produção mais intensiva de milho para forragem animal e uma fruticultura irrigada de coco.



Quadro 1: Distribuição fundiária nos 3 primeiros trechos do Sertão/AL

Municípios dos perímetros licitados	Estimativa de estabelecimentos e número de hectares		
	Menos de 10 a menos de 500	500 a menos de 2000	Mais de 2000
Delmiro Gouveia	963	9	1
Inhapi	1.743	1	1
Pariconha	756	1	-
Total	3.463	11	2

Censo agropecuária (2016). Elaboração - a autora.

Nessas propriedades, as culturas dominantes vem sendo a do coco e a do milho, este último para fins de forragem animal. No último Censo de 2017, o município de Delmiro Gouveia havia produzido 876 toneladas de milho em 86 estabelecimentos, numa área de 168 hectares. A maior parte da produção pertence a um único proprietário. Já em Água Branca, a maior parte da produção extensiva se concentrou na cultura do coco, com um único estabelecimento produzindo mais de 5.000 pés em uma propriedade de 500 hectares. Em resumo, comparado com o Censo agropecuário de 2006, Delmiro aumentou em 6 vezes a produção de milho ao mesmo tempo em que diminuiu o número de estabelecimentos agropecuários que produziam o grão, 278 em 2006. Já Água Branca passou de produtor intermitente da cultura de coco, para produtor permanente, atendendo as demandas previstas pela SEMARH -2010. Assim, configura-se no Alto Sertão alagoano um espaço agrário dividido entre a diversidade agrícola nas pequenas e médias propriedades, garantindo boa parte dos produtos alimentícios presentes na mesa dos moradores do semiárido, e a monocultura irrigada, objetivada nas demandas do mercado.

Tabela 1: comparativo entre os censos demográficos Delmiro Gouveia (2006-2017)

Cultura	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2006)	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2017)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2006)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2017)
Banana	20 toneladas	78 toneladas	3	5



Feijão de cor	198 toneladas	110	57	514
Feijão fradinho	14 toneladas	41 tonelada	26	
Feijão preto	0	6 toneladas	0	26
Feijão verde	0	29 toneladas	0	142
Mandioca	1 tonelada	403 toneladas	3	187
Milho	278 toneladas	506 toneladas	278	586
Milho forrageiro	0	876 toneladas	0	86
Palma forrageira	0	161	0	19
Coco-da-Baía	0	29 mil frutos	0	5
Laranja	0	-	0	1
Goiaba	0	-	0	1
Mamão	0	5 mil frutos	0	4
Abóbora	0	5 toneladas	0	24
Melancia	0	10 toneladas	0	7

Fonte: Censo agropecuária (2006) (2017). Elaboração: a autora.

Tabela 2: comparativo entre os censos demográficos Água Branca (2006-2017)

Cultura	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2006)	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2017)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2006)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2017)
Banana	103 toneladas	46 toneladas	106	32
Feijão de cor	13.226 toneladas	401 toneladas	1.070	1.605
Feijão fradinho	514 toneladas	34 toneladas	836	260
Feijão preto	0	4 toneladas	0	24
Feijão verde	0	77 toneladas	0	392



Mandioca	1.207 toneladas	403 toneladas	696	187
Milho	9.596 toneladas	624 toneladas	1.764	1.783
Milho forrageiro	0	695 toneladas	0	68
Palma forrageira	0	2.413	0	160
Coco-da-Baía	0	60 mil frutos	0	5
Laranja	6 toneladas	2 toneladas	3	3
Abóbora	0	13 toneladas	0	59
Melancia	0	44 toneladas		11

Fonte: Censo (2006) (2017). Elaboração: a autora.

Há ainda a implementação de um programa de irrigação utilizando as águas do Canal do Sertão, financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) nos territórios camponeses do Alto Sertão alagoano. Chamados de MIPAs (Módulos Irrigado de Produção e Aprendizagem), os módulos rurais contemplados vêm desenvolvendo uma produção agroecológica de hortaliças, frutas e forragens. Atualmente 200 famílias estão envolvidas no processo de implementação do projeto, que envolve 26 comunidades rurais nos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca, Inhapi e Olho d'Água do Casado.

Embora o projeto venha beneficiando trabalhadores do campo em áreas de acampamento e assentamentos rurais, com uma produção voltada para atender a demanda local, escoando a produção nas feiras livres das cidades circunvizinhas, a projeção do Estado é a criação de um mercado de produtos orgânicos de alto valor agregado no mercado nacional e internacional. Em resumo, os MIPAs nascem de um processo financeirizado através do adiantamento de capital por meio do FIDA (Banco Mundial), que é remunerado através dos juros agregados, afiançados pelo estado de Alagoas.

Por fim, a gerencia do Canal do Sertão tem sido realizada em partes pela empresa Águas do Sertão, empresa privada que comprou a concessão da estatal de saneamento básico de Alagoas, a Casal, uma das responsáveis pela gestão dos recursos hídricos no estado. Desde a inauguração dos primeiros trechos concluídos e entregues em 2013, o uso das águas do Canal do Sertão vem se intensificando gradativamente. A espacialização do canal adutor por 123 km do semiárido alagoano vem reestruturando as relações sociais de produção nas propriedades rurais que margeiam o Canal, modificando a paisagem local e modo de produzir alimentos e criar



animais, muito embora o relatório da SEMARH considere que a maior parte dos irrigantes é formada por agricultores de subsistência, propositivos às culturas hortícolas, frutíferas, de feijões de corda, feijão guandu, capim para corte, milho, mandioca e sorgo, essas culturas, em sua maioria, são cultivadas em propriedades com uma área de até um hectare, através de irrigação por gravidade (SEMARH, 2014).

Outro fator importante é que, decorrente da intensa concentração fundiária que existe na região, maior parte do Canal do Sertão passa por dentro das terras dos grandes latifundiários locais, que vêm fazendo uso do Canal com aparatos técnicos mais avançados, desenvolvendo uma moderna monocultura irrigada. Neste certame, a projeção é de paulatinamente ser mais intensivo o uso da água para fins comerciais, mesmo a produção realizada em pequenos módulos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos considerar até então, é que a espacialização do Canal adutor do Sertão tem impactado na reestruturação socioespacial no entorno do canal, criando novas espacialidades germinadas da reprodução ampliada e da monopolização do capital, estas se estendem desde as propriedades camponesas até à grande propriedade rural em que se instalou o uso das águas do Canal do Sertão.

No Alto Sertão Alagoano, especificamente nos municípios de Delmiro Gouveia e Água Branca, a espacialização do Canal do Sertão tem se manifestando na dinâmica agrícola, nos novos modos de produção e na mobilidade do capital. Os sujeitos na zona de influência do Canal têm produzido e reproduzido o espaço, atendendo as demandas de uma produção agropecuária mundializada, integrando o capital portador de juros, uma vez que a sua produção é dependente do crédito ofertado por bancos multilaterais. Em vistas das intencionalidades referidas nos documentos dos órgãos estaduais, o que se ressalta é que o Canal do Sertão formalizará um território possivelmente voltado para o agrohidronegócio, e que o desenvolvimento enunciado pelo estado alagoano é, portanto, aquele que preza pelo ciclo ininterrupto do capital portador de juros, configurando a negação de um território autóctone pela sublevação de um espaço gerido pela lógica privatista do capital.



REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CONCEIÇÃO. A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. Meridiano – Revista de Geografia, n.2, p. 80 – 104, 2013.

CODEVASF. Estudos de viabilidade do aproveitamento integrado dos recursos hídricos do projeto Sertão alagoano. Tomo I relatório síntese. Março de 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

FIDA – Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Agrário. **Canal do Sertão**

Alagoano: plano de desenvolvimento rural com ênfase na transformação social, ambiental, produtiva e de acesso aos mercados locais no território do Alto Sertão. Brasília: FIDA, 2017.

FONTES, V. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV, 2010.

FONTENELE, A. C. F. CONCEIÇÃO, A. L. Categorias marxistas e análise do processo de valorização e financeirização capitalista da natureza. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 13, p. 69-91, Agosto de 2021.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em Acesso em 22 de Mai. de 2016.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

MARX, K. **O capital v. 1**. São Paulo: Boitempo, 2017.



MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo, Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Indaé editorial, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

PORTO-GONÇAVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista internacional interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, n. 1, v. 1, p. 1-55, Junho, 2004.

PNRH. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Prioridades 2012-2015. Brasília: MMA, SRHU, ANA, 2011.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SEMARH. **Relatório de Gestão**. Maceió, AL: SEMARH, 2014.